

# SUMÁRIO

PREFÁCIO – Ministro MARCO AURÉLIO .....	7
PRÓLOGO .....	15

## PARTE I

### BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA JURISDIÇÃO

1. Sociedades históricas e conflitos .....	19
2. Soluções pré-processuais dos conflitos .....	26
3. A formação da jurisdição .....	32
3.1 Ainda os antecedentes históricos .....	33
3.2 O monopólio estatal da função jurisdicional .....	35
3.3 A luta pela efetividade da jurisdição .....	39
4. As garantias da jurisdição na Constituição brasileira de 1988 ....	41
4.1 A garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional .....	42
4.2 A garantia do tratamento paritário das partes .....	43
4.3 A garantia do contraditório .....	44
4.4 A garantia da publicidade .....	45
4.5 A garantia do juiz natural .....	47
4.6 A garantia do duplo grau de jurisdição .....	48
5. A garantia constitucional do acesso à jurisdição .....	50



6. Bibliografia .....	53
-----------------------	----

## PARTE II

### OS CONTEÚDOS DO PRINCÍPIO DO ACESSO EFETIVO À JURISDIÇÃO

1. Os direitos fundamentais no Estado de direito .....	57
2. A interpretação dos direitos fundamentais .....	64
3. O núcleo do princípio do acesso à justiça .....	70
3.1 O processo eficaz e o acesso à justiça .....	71
3.2 A tensão entre o tempo e o processo .....	71
3.3 A realização do processo justo e eficaz .....	72
4. Bibliografia .....	77

## PARTE III

### OS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DA LUTA PELA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO

1. A luta contra o tempo no processo de conhecimento .....	81
2. O julgamento antecipado da lide .....	86
2.1 A adoção do instituto do julgamento antecipado .....	87
2.2 Características gerais do instituto do julgamento antecipado .....	88
2.3 Hipóteses de aplicação do julgamento antecipado .....	90
2.4 O dever ou a faculdade de aplicação do julgamento antecipado .....	91
2.5 Ações que comportam o julgamento antecipado da lide .....	93
2.6 O julgamento antecipado da lide e o art. 320 do CPC ..	94
2.7 A sentença proferida no julgamento antecipado .....	95
3. As formas mais ágeis de jurisdição no processo civil .....	96

3.1	Os obstáculos à agilidade .....	96
3.2	A superação dos obstáculos à agilidade processual .....	97
3.2.1	A superação do desaparelhamento .....	98
3.2.2	A superação dos entraves processuais/procedimentais .....	99
4.	O processo cautelar no CPC de 1973 .....	100
4.1	A tutela cautelar e a jurisdição .....	100
4.2	A tutela cautelar e o CPC de 1973 .....	102
4.3	A tutela cautelar e a tutela satisfativa .....	103
4.4	A tutela cautelar propriamente dita .....	104
5.	O poder geral de cautela e a jurisdição .....	107
5.1	O poder geral de cautela como exercício do poder discricionário do juiz .....	109
5.2	A medida cautelar com conteúdo diferente do pedido .	109
5.3	A medida cautelar concedida <i>ex-offício</i> .....	110
6.	Bibliografia .....	111

#### PARTE IV

### **A VELHA ESTRUTURA JUDICIÁRIA E A ONDA DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL**

1.	O instituto da tutela antecipada .....	115
1.1	Considerações iniciais sobre a tutela antecipada .....	115
1.2	Condições processuais da deferibilidade .....	117
1.3	Crítica .....	122
2.	A Lei 9.494/97 e a tutela antecipada .....	125
2.1	A necessidade da tutela antecipada .....	126
2.2	O julgamento da ADC 4/98, no STF .....	128



2.3 As diretrizes jurisprudenciais .....	130
3. Tutela antecipada na via recursal .....	133
3.1 A visão teórica .....	133
3.2 Alguns contrapontos doutrinários .....	138
4. Bibliografia .....	140
CONCLUSÕES .....	141
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	143